



MINISTÉRIO DA DEFESA  
Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco O, 2º andar, sala 219, CEP: 70049-900  
Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF  
Telefone: (61) 2023-5422 - E-mail: [nupreg@defesa.gov.br](mailto:nupreg@defesa.gov.br)

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2022

PROCESSO Nº 60041.001521/2021-62

Chamada Pública nº 02/2022-MD para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 34, da Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, no art. 5º do Decreto 10.880, de 2 de dezembro de 2021, e na Resolução GGPAA nº 84, publicada no DOU de 14 de agosto de 2020.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a UNIÃO, por intermédio do Ministério da Defesa (MD)/Departamento de Administração Interna (DEADI), pessoa jurídica de direito público, com sede à Esplanada dos Ministérios, Anexo I, do Bloco "O", sala 219, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70052-900, inscrito no CNPJ sob o nº 03.277.610/0001-25, neste ato representado pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Organização Institucional, o **Sr. Gen Bda GUILHERME LOURO BRAGA**, designado pela Portaria nº 284 da Presidência da República/Casa Civil, de 30/03/2022 (publicada no DOU nº 62, de 31/03/2022, Seção 2, Página 2), com a delegação de competência advinda da Portaria nº 130/SEORI/SG-MD, de 10/01/2022 (publicada no DOU nº 8, Seção 1, de 12/01/2022) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020 (publicada no Boletim Interno nº 34, de 21/08/2020), no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 34, da Lei 14.284/2021 e da Resoluções do Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil - GGPAA nº 84/2020, através da Comissão Permanente de Licitação (CPL), vem realizar a Chamada Pública nº 02/2022, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326/2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, com dispensa de licitação, durante o período de 12 (doze) meses. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta de Venda até o dia 23/05/2022, às 09 horas, na Coordenação de Licitação e Contratos (COLIC) do Ministério da Defesa, Esplanada dos Ministérios, Anexo I, do Bloco "O", sala 219, Plano Piloto, Brasília-DF.

#### 1. OBJETO

1.1. O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios (legumes, verduras, frutas e café em grãos e em pó) de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2016, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa Alimenta Brasil, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UND	QTD	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	FRUTA IN NATURA; TIPO: BANANA; ESPÉCIE: NANICA.	BR0464380	KG	182	R\$ 3,91	R\$ 711,62
2	FRUTA IN NATURA; TIPO: GOIABA; ESPÉCIE: VERMELHA.	BR0464392	KG	70	R\$ 3,01	R\$ 210,70
3	FRUTA IN NATURA; TIPO: LIMÃO; ESPÉCIE: TAITI.	BR0464398	KG	215	R\$ 2,30	R\$ 494,50
4	FRUTA IN NATURA; TIPO: MARACUJÁ; ESPÉCIE: AZEDO.	BR0464415	KG	52	R\$ 5,79	R\$ 301,08
5	FRUTA IN NATURA; TIPO: MORANGO.	BR0464328	KG	156	R\$ 16,83	R\$ 2.625,48
6	LEGUME IN NATURA; TIPO: ABÓBORA ESPÉCIE: JAPONESA.	BR0463748	KG	148	R\$ 4,37	R\$ 646,76
7	LEGUME IN NATURA; TIPO: ABOBRINHA; ESPÉCIE: ITALIANA.	BR0463749	KG	148	R\$ 3,06	R\$ 452,88
8	LEGUME IN NATURA; TIPO: BATATA DOCE; ESPÉCIE: AMARELA/ROSADA.	BR0463753	KG	134	R\$ 2,48	R\$ 332,32
9	LEGUME IN NATURA; TIPO: BERINJELA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463764	KG	156	R\$ 3,70	R\$ 577,20
10	LEGUME IN NATURA; TIPO: BETERRABA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463767	KG	156	R\$ 3,88	R\$ 605,28
11	LEGUME IN NATURA; TIPO: CENOURA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463770	KG	278	R\$ 3,41	R\$ 947,98
12	LEGUME IN NATURA; TIPO: CHUCHU; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463778	KG	156	R\$ 3,33	R\$ 519,48
13	LEGUME IN NATURA; TIPO: ERVILHA; ESPÉCIE: TORTA.	BR0463793	KG	156	R\$ 30,46	R\$ 4.751,76
14	LEGUME IN NATURA; TIPO: GENGIBRE; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463900	KG	24	R\$ 7,99	R\$ 191,76
15	LEGUME IN NATURA; TIPO: INHAME; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463789	KG	110	R\$ 4,23	R\$ 465,30
16	LEGUME IN NATURA; TIPO: JILÓ; ESPÉCIE: REDONDO.	BR0463790	KG	100	R\$ 3,42	R\$ 342,00
17	LEGUME IN NATURA; TIPO: MANDIOCA; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463795	KG	208	R\$ 3,48	R\$ 723,84
18	LEGUME IN NATURA; TIPO: MAXIXE; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463791	KG	98	R\$ 5,04	R\$ 493,92
19	LEGUME IN NATURA; TIPO: PEPINO; ESPÉCIE: COMUM.	BR0463796	KG	100	R\$ 3,50	R\$ 350,00
20	LEGUME IN NATURA; TIPO: PIMENTÃO; ESPÉCIE: AMARELO.	BR0463802	KG	156	R\$ 12,52	R\$ 1.953,12

21	LEGUME IN NATURA; TIPO: <b>PIMENTÃO</b> ; ESPÉCIE: <b>VERDE</b> .	BR0463809	KG	156	R\$ 5,53	R\$ 862,68
22	LEGUME IN NATURA; TIPO: <b>PIMENTÃO</b> ; ESPÉCIE: <b>VERMELHO</b> .	BR0463808	KG	156	R\$ 7,81	R\$ 1.218,36
23	LEGUME IN NATURA; TIPO: <b>QUIABO</b> ; ESPÉCIE: <b>LISO</b> .	BR0463792	KG	168	R\$ 5,98	R\$ 1.004,64
24	LEGUME IN NATURA; TIPO: <b>RABANETE</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463799	KG	30	R\$ 5,81	R\$ 174,30
25	LEGUME IN NATURA; TIPO: <b>TOMATE</b> ; ESPÉCIE: <b>CEREJA</b> .	BR0463803	KG	156	R\$ 11,04	R\$ 1.722,24
26	LEGUME IN NATURA; TIPO: <b>TOMATE</b> ; ESPÉCIE: <b>SALADETE OU CAQUI</b> .	BR0463804	KG	312	R\$ 6,85	R\$ 2.137,20
27	LEGUME IN NATURA; TIPO: <b>VAGEM</b> ; ESPÉCIE: <b>MANTEIGA</b> .	BR0463814	KG	110	R\$ 13,36	R\$ 1.469,60
28	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>ACELGA</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463818	KG	72	R\$ 4,24	R\$ 305,28
29	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>AGRIÃO</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463819	KG	120	R\$ 11,47	R\$ 1.376,40
30	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>ALFACE</b> ; ESPÉCIE: <b>AMERICANO</b> .	BR0463830	KG	268	R\$ 8,38	R\$ 2.245,84
31	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>ALFACE</b> ; ESPÉCIE: <b>CRESPA</b> .	BR0463832	KG	276	R\$ 6,93	R\$ 1.912,68
32	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>ALHO PORÓ</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463865	KG	104	R\$ 5,24	R\$ 544,96
33	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>BRÓCOLIS</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463837	KG	156	R\$ 8,83	R\$ 1.377,48
34	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>CEBOLINHA</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463878	KG	52	R\$ 14,63	R\$ 760,76
35	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>CHICÓRIA</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463821	KG	96	R\$ 9,86	R\$ 946,56
36	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>COENTRO</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463876	KG	50	R\$ 13,54	R\$ 677,00
37	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>COUVE</b> ; ESPÉCIE: <b>MANTEIGA</b> .	BR0481109	KG	96	R\$ 8,91	R\$ 855,36
38	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>COUVE-FLOR</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463831	KG	100	R\$ 8,23	R\$ 823,00
39	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>ESPINAFRE</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463824	KG	16	R\$ 6,36	R\$ 101,76
40	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>HORTELÃ</b> ; ESPÉCIE: <b>NATURAL</b> .	BR0463898	KG	12	R\$ 17,97	R\$ 215,64
41	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>MANJERICÃO</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463906	KG	12	R\$ 21,45	R\$ 257,40
42	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>MILHO VERDE</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463797	KG	45	R\$ 5,74	R\$ 258,30
43	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>NABO</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463798	KG	48	R\$ 2,77	R\$ 132,96
44	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>PIMENTA</b> ; ESPÉCIE: <b>DE CHEIRO</b> .	BR0463923	KG	12	R\$ 13,00	R\$ 156,00
45	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>REPOLHO ROXO</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463829	KG	50	R\$ 4,77	R\$ 238,50
46	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>REPOLHO VERDE</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463839	KG	74	R\$ 4,10	R\$ 303,40
47	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>RÚCULA</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463826	KG	110	R\$ 8,85	R\$ 973,50
48	VERDURA IN NATURA; TIPO: <b>SALSA</b> ; ESPÉCIE: <b>COMUM</b> .	BR0463930	KG	52	R\$ 17,30	R\$ 899,60
49	<b>CAFÉ</b> . TIPO: <b>TORRADO</b> ; APRESENTAÇÃO: <b>GRÃO</b> ; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRÃOS 100% ARÁBICO.	BR0463585	KG	45	R\$ 39,95	R\$ 1.797,75
50	<b>CAFÉ</b> . TIPO: <b>TORRADO</b> ; APRESENTAÇÃO: <b>MOÍDO</b> ; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRÃOS 100% ARÁBICO.	BR0463593	PCT 500 G	6.565	R\$ 24,73	R\$ 162.352,45
<b>O CUSTO TOTAL DESTA AQUISIÇÃO POSSUI O VALOR DE</b>					<b>R\$ 205.798,58</b>	

## 2. FONTE DE RECURSOS

2.1. Recursos provenientes da dotação orçamentária de 2020: Órgão/Unidade 52101 - Ministério da Defesa; Programas de Trabalho do MD 05.331.2108.2012.0053 (Administração da Unidade) e 05.122.2108.2000.0001 (Alimentação de Militares em Rancho); e Natureza de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo..

## 3. PREÇO

3.1. A definição dos preços observou o art. 5º da Resolução GGPA n° 84/2020, o qual houve a combinar dos incisos dessa legislação, adotando-se o critério de “CESTA DE PREÇOS ACEITÁVEIS”, para a estimativa de preços visando subsidiar o valor de referência, por meio de fontes diferenciadas de pesquisas as quais sejam capazes de representar o mercado, com base nos parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa 73/Ministério da Economia, de 5 de agosto de 2020.

## 4. HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE VENDA

4.1. Os beneficiários fornecedores ou as organizações fornecedoras deverão apresentar em Envelope os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - os Beneficiários Fornecedores:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

b) extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

- c) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda; e
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

II - as Organizações Fornecedoras:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- f) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e
- g) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

4.2. PROPOSTA DE VENDA - Conjuntamente aos documentos acima, deve ser apresentada a Proposta de Venda.

## 5. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Para efeito de classificação das Propostas de Venda apresentadas, depois de assegurada a habilitação das entidades proponentes, será considerada, para produtos na qualidade exigida, o seu preço final de venda, prevalecendo o menor valor.

5.2. Em caso de empate, as Propostas de Venda serão classificadas observando a seguinte ordem:

- 5.2.1. Organizações fornecedoras de Agricultores Familiares do Distrito Federal;
- 5.2.2. Organizações fornecedoras de Agricultores Familiares das comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas;
- 5.2.3. Organizações fornecedoras de Agricultores Familiares vinculadas a assentamentos da reforma agrária,
- 5.2.4. Organizações fornecedoras de Agricultores Familiares dos grupos de mulheres; e
- 5.2.5. Organizações fornecedoras de Agricultores Familiares comprometidas com a produção agroecológica ou orgânica.

5.3. A localização da entidade proponente será comprovada mediante informações cadastradas na Declaração de Aptidão do PRONAF – DAP, devidamente apresentada.

5.4. Em caso de persistir o empate, o desempate far-se-á na forma de sorteio público.

## 6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1. Imediatamente após a Fase de Habilitação, o Presidente da **Comissão Permanente de Licitação (CPL)** poderá solicitar que sejam entregues amostras **dos itens 49 – CAFÉ: TIPO: TORRADO; APRESENTAÇÃO: GRÃO e 50 – CAFÉ: TIPO TORRADO, APRESENTAÇÃO MOÍDO** conforme a especificação constante na tabela abaixo, **em até 4 (quatro) dias úteis após a solicitação**, no local estabelecido em Ata, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, que deverá ser submetido aos testes que se julgarem necessários.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA
49	CAFÉ. TIPO: TORRADO; APRESENTAÇÃO: GRÃO; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRÃOS 100% ARÁBICO
50	CAFÉ. TIPO: TORRADO; APRESENTAÇÃO: MOÍDO; TIPO EMBALAGEM: A VÁCUO EM PAPEL ALUMÍNIO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: GRÃOS 100% ARÁBICO.

6.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita Comissão Permanente de Licitação (CPL) ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas acima, a proposta da Organização Fornecedor será recusada.

6.3. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) analisará a aceitabilidade da Proposta de Venda ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no instrumento.

6.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.5 A Organização Fornecedor deverá colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes.

## 7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. Os alimentos adquiridos deverão ser entregues conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

## 8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a última entrega do mês, por meio de Ordem Bancária (OB), mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

8.1.1. As demais regras acerca do pagamento são as estabelecidas no item 12 do Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. Após declarado o vencedor, será concedido o prazo mínimo de trinta minutos, para que quaisquer das Organizações Fornecedoras presentes manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, para que seja registrado em Ata.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Comissão Permanente de Licitação (CPL) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento a Comissão Permanente de Licitação (CPL) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, ficando os demais, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a conclusão da Chamada Pública, será firmado o Termo de Contrato.

10.2. As Organizações Fornecedoras terão o prazo de 10 dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

10.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

10.3.2. A Organização Fornecedor se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

10.3.3. A Organização Fornecedor reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, conforme previsão contida no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do Termo de Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelas Organizações Fornecedoras durante a vigência do Termo de Contrato.

10.6. Na hipótese de o vencedor da Chamada Pública não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Termo de Contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outra Organização Fornecedor, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Termo de Contrato.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

11.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail .

11.3. Caberá à Comissão Permanente de Licitação(CPL), auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da Chamada Pública.

11.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a esta Chamada Pública deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação(CPL), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, através do e-mail ou no endereço indicado no Edital.

11.6. A Comissão Permanente de Licitação(CPL) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos Anexos.

11.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos vincularão os participantes e a Administração.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida junto à Comissão Permanente de Licitação (CPL), na Núcleo de Pregão (NUPREG), sala 219, Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco "O", das 10h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail [nupreg@defesa.gov.br](mailto:nupreg@defesa.gov.br), ou através do sítio [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br), e do Portal de Compras da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura

12.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

12.3. Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos beneficiários e organizações fornecedores, observando que os produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados, resultantes das atividades dos agricultores familiares, das suas organizações e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006, são considerados produção própria destes fornecedores.

12.4. Os beneficiários e organizações fornecedoras podem contratar serviços de terceiros, em uma ou diversas etapas do processo produtivo, para o fornecimento de produtos beneficiados, processados ou industrializados, sendo necessária a apresentação do contrato ou instrumento congênere.

12.5. Os valores a serem pagos aos beneficiários e organizações fornecedores correspondem aos preços de aquisição de cada produto, compatíveis com os vigentes no mercado e discriminados nesta chamada pública.

12.6. O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP por ano civil, por órgão comprador.

12.7. O limite de venda por organização fornecedora deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP Pessoa Jurídica, por ano civil, por órgão comprador.

## 13. DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

13.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.1.1. Anexo I do Edital – Termo de Referência;

13.1.1.1. Apêndice I ao Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar;

13.1.1.2. Apêndice II ao Termo de Referência - Modelo de Proposta de Venda;

13.1.1.3. Apêndice III ao Termo de Referência - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Organizações Fornecedoras;

13.1.1.4. Apêndice IV ao Termo de Referência - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Beneficiários Fornecedoras; e

13.1.1.5. Apêndice V - Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Limite Individual de Venda.

13.1.2. Anexo ao Termo de Referência – Histórico de Consumo e Previsão; e

13.1.3. Anexo II do Edital – Termo de Contrato.

**Gen Bda GUILHERME LOURO BRAGA**

Diretor

*"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"*



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Louro Braga, Diretor**, em 28/04/2022, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **4966190** e o código CRC **E97E2719**.

## ANEXO I AO EDITAL

Anexo I ao Edital – Termo de Referência (4953166);

Apêndice I ao Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar (4958402);

Apêndice II ao Termo de Referência - Modelo de Proposta de Venda (4958402);

Apêndice III ao Termo de Referência - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Organizações Fornecedoras (4958402);

Apêndice IV ao Termo de Referência - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Beneficiários Fornecedoras (4958402);

Apêndice V ao Termo de Referência- Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Limite Individual de Venda (4958402); e

Anexo ao Termo de Referência - Consumo e Previsão (4958402).

## ANEXO II AO EDITAL

MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES  
NÚCLEO DE PREGÃO

## MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

### (CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR)

A **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI), Coordenação de Licitações (COLIC) / Núcleo de Pregão (NUPREG)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco “O”, sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da Secretaria de Organização Institucional, o Senhor \_\_\_\_\_, nomeado pela Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (publicada no DOU nº \_\_, Seção \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_), delegação de competência advinda da Portaria nº 130/SEORI/SG-MD, de 10/01/2022 (publicada no DOU nº 8, de 12/01/2022, Seção 1, Página 9) e Portaria nº 1.836/SEORI/SGMD, de 16/05/2018 (publicada no DOU nº 094, de 17/05/2018), CPF nº \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado \_\_\_\_\_ (nome do grupo formal) com sede à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, em \_\_\_\_/UF, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e na Resolução GGPAA nº 84/2020, e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 02/2022-MD**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, modalidade Compra Institucional, para atendimento da demanda dos órgãos e entidades da administração pública federal, de acordo com o edital da Chamada Pública nº 02/2022, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

### 2. CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O CONTRATADO se compromete a fornecer os alimentos da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1				
2				
3				

...				
-----	--	--	--	--

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. O limite individual de venda de alimentos da Agricultura Familiar é de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, por ano civil, por órgão comprador, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa de Aquisição de Alimentos - modalidade Compra Institucional.

3.2. O limite de venda da organização fornecedora por órgão comprador deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Pessoa Jurídica, por ano civil, respeitados os limites por unidade familiar.

### 4. CLÁUSULA QUARTA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

4.1.1. Órgão/Unidade: 52101 - Ministério da Defesa;

4.1.2. Programas de Trabalho do MD: 05.331.2108.2012.0053 (Administração da Unidade) e 05.122.2108.2000.0001 (Alimentação de Militares em Rancho); e

4.1.3. Natureza de Despesa: 33.90.30 (Material de Consumo).

### 5. CLÁUSULA QUINTA

5.1. O início da entrega dos alimentos será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até \_\_, de 20\_\_.

5.2. A entrega de alimentos deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública nº \_\_/20\_\_.

5.3. O recebimento dos alimentos dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela entrega daqueles, no local previamente ajustado.

### 6. CLÁUSULA SEXTA

6.1. Pelo fornecimento dos alimentos, nos quantitativos descritos na Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

### 8. CLÁUSULA OITAVA

8.1. O preço contratado poderá ser reajustado, desde que justificado. O orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme disposto na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

### 9. CLÁUSULA NONA

9.1. O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no item 5.3 da cláusula quinta, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

9.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. São obrigações da Contratante:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública;

b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital; e

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. São obrigações da Contratada:

a) a Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

b) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: (especificar);

c) substituir, às suas expensas, em prazo de \_\_\_\_ dias, a contar da sua notificação, o objeto com vícios ou defeitos;

d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal; e
- f) não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias úteis;
- c) multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, pelo prazo de até dois anos; e
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes da Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

12.2. O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização efetuada pelo CONTRATANTE.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do órgão ou entidade responsável pela compra.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, pela Resolução GGPA n.º 84/2020, pela Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e pela Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

17.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

17.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

## 19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. É competente o Foro da Comarca de \_\_\_\_\_ para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.

---

**Referência:** Processo nº 60041.001521/2021-62

SEI nº 4966190